

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONVERGÊNCIAS E LACUNAS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA**STUDENT ASSISTANCE AND RETENTION IN VOCATIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: CONVERGENCES AND GAPS IN BRAZILIAN ACADEMIC RESEARCH****Wanessa Campos Mascarenhas¹****Orientadora: Rozineide Iraci Pereira da Silva²**

RESUMO: Este artigo examina o que a literatura brasileira estabeleceu, e o que ainda não conseguiu estabelecer, sobre a relação entre assistência estudantil e permanência na Educação Profissional e Tecnológica. Trata-se de revisão bibliográfica narrativa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, com levantamento na SciELO, no Portal de Periódicos da CAPES e no Google Acadêmico, acrescido da legislação federal e de documentos do Ministério da Educação. O corpus reuniu vinte fontes, lidas integralmente e agrupadas por afinidade temática. A produção examinada converge ao indicar que estudantes beneficiários de auxílio permanecem em proporção maior que os não beneficiários. Essa convergência se apoia, porém, em evidência frágil, pois os estudos raramente acompanham o mesmo estudante antes e depois da concessão do benefício e quase nunca relacionam o resultado acadêmico ao volume de recursos investido. Soma-se a isso a adoção de critérios avaliativos próprios em cada instituição, o que impede comparações. A educação técnica de nível médio aparece pouco investigada. Conclui-se que o auxílio financeiro é condição necessária, mas insuficiente, para a permanência, e que faltam ao campo desenhos de pesquisa capazes de medir a magnitude desse efeito.

Palavras-chave: Assistência estudantil; Permanência estudantil; Educação profissional e tecnológica.

ABSTRACT: This article examines what Brazilian literature has established, and what it has not yet been able to establish, about the relationship between student assistance and retention in Vocational and Technological Education. It is a narrative literature review with a qualitative, exploratory and descriptive approach, based on searches in SciELO, the CAPES Journal Portal and Google Scholar, complemented by federal legislation and Ministry of Education documents. The corpus comprised twenty sources, read in full and grouped by thematic affinity. The studies examined converge in showing that students who receive financial aid remain enrolled at higher rates than non-recipients. This convergence, however, rests on weak evidence, since studies rarely follow the same student before and after the benefit is granted and almost never relate academic outcomes to the amount of resources invested. In addition, each institution adopts its own evaluation criteria, which prevents comparison. Upper secondary technical education remains little investigated. The article concludes that financial aid is a necessary but insufficient condition for retention, and that the field lacks research designs capable of measuring the magnitude of this effect.

Keywords: Student assistance; Student retention; Vocational and technological education.

RESUMEN: Este artículo examina lo que la literatura brasileña ha establecido, y lo que aún no ha logrado establecer, sobre la relación entre asistencia estudiantil y permanencia en la Educación Profesional y Tecnológica. Es una revisión bibliográfica narrativa, de enfoque cualitativo y carácter

¹ Mestranda em Ciências da Educação, Christian Business School (CBS). nessa.campos@ifpi.edu.br.

² Ph.D. Doutora em Ciências da Educação, Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Psicopedagoga, Pedagoga, Analista do Comportamento Aplicada, Especialista em Escrita Acadêmica Avançada, Professora do Ensino Superior e professora orientadora da Christian Business School-CBS. E-mail: rozineide.pereira1975@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-6863-7874>.

exploratorio-descriptivo, con búsquedas en SciELO, en el Portal de Periódicos de la CAPES y en Google Académico, complementadas con la legislación federal y documentos del Ministerio de Educación. El corpus reunió veinte fuentes, leídas íntegramente y agrupadas por afinidad temática. La producción examinada converge al indicar que los estudiantes beneficiarios de ayudas permanecen en mayor proporción que los no beneficiarios. Esa convergencia se apoya, sin embargo, en evidencia frágil, pues los estudios rara vez acompañan al mismo estudiante antes y después de la concesión del beneficio y casi nunca relacionan el resultado académico con el volumen de recursos invertido. A ello se suma la adopción de criterios de evaluación propios en cada institución, lo que impide comparaciones. La educación técnica de nivel medio aparece poco investigada. Se concluye que la ayuda financiera es condición necesaria, pero insuficiente, para la permanencia, y que el campo carece de diseños de investigación capaces de medir la magnitud de ese efecto.

Palabras clave: Asistencia estudiantil; Permanencia estudiantil; Educación profesional y tecnológica.

INTRODUÇÃO

Quem trabalha em um campus de Instituto Federal convive com duas situações que se repetem a cada semestre. Um estudante recebe auxílio ao longo de todo o período letivo e, ainda assim, deixa de comparecer às aulas. Outro nunca foi contemplado por edital algum, mora na zona rural e trabalha à noite, mas termina o curso no prazo. Essas trajetórias dividem o mesmo corredor e resistem a qualquer explicação simples sobre o que mantém um adolescente na escola.

A constatação não retira a importância da assistência estudantil, que segue sendo o instrumento mais concreto de que a Rede Federal dispõe para enfrentar a evasão e absorve parcela expressiva do orçamento discricionário dos campi. Entende-se que essa combinação de centralidade e custo torna razoável perguntar o que se sabe, de fato, sobre os seus efeitos.

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais, reunindo em uma mesma estrutura multicampi cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes, licenciaturas, bacharelados e programas de pós-graduação (Brasil, 2008). Pacheco (2011) interpreta essa arquitetura institucional como resposta a uma dívida histórica do Estado brasileiro com a formação profissional pública. A expansão que se seguiu levou oferta federal a centenas de municípios que jamais a haviam recebido, mas o crescimento das matrículas não veio acompanhado de crescimento equivalente no número de concluintes. A Plataforma Nilo Peçanha, criada para padronizar a coleta e a divulgação dos indicadores acadêmicos da Rede, tornou esse descompasso visível campus a campus (Brasil, 2019). Prado et al. (2022) observam que a plataforma opera ao mesmo tempo como instrumento

de regulação externa e de autoconhecimento institucional, com peso relativo que varia conforme o uso que cada instituição faz dos próprios dados.

Dore e Lüscher (2011) demonstram que o abandono na educação técnica de nível médio raramente decorre de um fator isolado. Pesam sobre a decisão de sair a necessidade de trabalhar durante o curso, a distância entre a residência e o campus, a defasagem idade-série, a escolha do curso feita sem informação suficiente e trajetórias escolares anteriores marcadas por reprovação. Frigotto et al. (2005) situam essas dificuldades em um plano mais amplo, o da dualidade histórica entre formação geral e formação para o trabalho, presente na educação brasileira desde a sua constituição. O Ministério da Educação reconheceu a gravidade do quadro ao exigir, em 2014, que cada instituição da Rede elaborasse plano estratégico de permanência e êxito, com diagnóstico e metas próprias (Brasil, 2014).

A resposta institucional a esse cenário se organiza, em grande medida, em torno do auxílio financeiro ao estudante. A Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), consolidado três anos depois pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (Brasil, 2007; Brasil, 2010). Em 2024, a Lei nº 14.914 elevou o conjunto à condição de política nacional, reunindo sob a mesma moldura normativa o PNAES e o Programa Bolsa Permanência (Brasil, 2024). No cotidiano dos campi, essa política aparece sob nomes familiares a quem elabora e executa editais, como bolsa permanência, auxílio transporte, auxílio alimentação, auxílio moradia e auxílio creche.

Sobre os efeitos desses auxílios existe produção acadêmica considerável, e ela aponta quase sempre na mesma direção: os beneficiários permanecem em proporção maior que os não beneficiários. O resultado se repete em universidades e institutos federais de regiões e períodos distintos e vem sendo tomado como demonstração da efetividade da política.

Há um problema nessa convergência, apontado no interior da própria área. Calbino e Brito (2023), ao revisarem 127 dissertações e teses sobre o tema, registram a falta de estudos que comparem o mesmo estudante antes e depois de receber o benefício e de trabalhos que relacionem resultados acadêmicos ao volume de recursos investido. O achado é incômodo e merece exame cuidadoso, porque sugere que o campo vem repetindo uma conclusão sem ter construído os instrumentos necessários para sustentá-la com precisão.

Convém declarar desde já a posição deste artigo diante desse diagnóstico. As lacunas apontadas por aqueles autores são tomadas aqui como ponto de partida, e o que se examina são as suas consequências para a educação profissional e tecnológica, recorte que aquela revisão não isolou e cujo público difere bastante daquele que deu origem ao programa. A reconstrução independente do diagnóstico exigiria corpus de outra escala.

Este artigo formula, assim, a seguinte pergunta: o que a literatura brasileira estabeleceu, e o que ainda não conseguiu estabelecer, sobre a relação entre assistência estudantil e permanência na Educação Profissional e Tecnológica? O objetivo geral consiste em mapear as convergências e as lacunas dessa produção, com atenção particular à educação técnica de nível médio, segmento em que a discussão tem sido menos frequente. Como objetivos específicos, buscou-se identificar as concepções de assistência estudantil em disputa no campo, sistematizar os achados empíricos disponíveis sobre a relação entre auxílio e permanência e caracterizar as limitações metodológicas que restringem o alcance desses achados.

MÉTODOS

O estudo é uma revisão bibliográfica narrativa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo. A escolha da revisão narrativa decorre do objetivo formulado, que consiste em reunir e interpretar criticamente uma produção dispersa entre a educação, o serviço social e a avaliação de políticas públicas, sem a pretensão de exaustividade das revisões sistemáticas. Entende-se que, no exame de um campo cujas divergências são mais conceituais que estatísticas, a leitura interpretativa rende mais que a simples agregação de resultados.

O levantamento percorreu a Scientific Electronic Library Online (SciELO), o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Google Acadêmico, com acréscimo da legislação federal pertinente e de documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC). Os descritores utilizados foram assistência estudantil, permanência estudantil, evasão escolar, Programa Nacional de Assistência Estudantil, Institutos Federais e educação profissional e tecnológica, combinados pelo operador booleano AND. Deu-se preferência a publicações posteriores a 2010, ano do decreto que consolidou o PNAES, sem exclusão de obras anteriores de reconhecida referência teórica.

Foram incluídos artigos revisados por pares, revisões de literatura, dissertações, teses e documentos normativos que tratassem diretamente da relação entre assistência estudantil e permanência. Ficaram de fora textos de divulgação sem revisão por pares e trabalhos cujo texto completo não estava disponível. Reconhece-se que esse último critério provavelmente deixou à margem parte da produção de mestrados profissionais, depositada apenas em repositórios institucionais locais e nem sempre indexada nas bases consultadas.

O corpus final reuniu vinte fontes: doze artigos publicados em periódicos revisados por pares, dois livros de referência teórica, quatro atos normativos federais e dois documentos institucionais do MEC. A predominância de artigos empíricos brasileiros é característica do campo e favorece o tipo de análise aqui pretendido.

Uma das fontes tem estatuto particular. A revisão integrativa de Calbino e Brito (2023) fornece o diagnóstico de lacunas que organiza boa parte da discussão, e a sua escala, 127 dissertações e teses, está muito acima do que este trabalho poderia percorrer. Optou-se por explicitar essa dependência. As lacunas ali identificadas foram confrontadas com os estudos empíricos deste corpus, o que permite verificar como elas se manifestam em casos concretos, embora a sua confirmação para o conjunto da produção nacional dependa de levantamento de outra natureza.

O tratamento do material começou pela leitura integral de cada fonte, com registro do objetivo declarado, do desenho metodológico, do nível de ensino investigado e das conclusões apresentadas. As fontes foram então agrupadas por afinidade temática em quatro conjuntos: textos de natureza histórico-conceitual, estudos empíricos de efetividade, revisões de escopo metodológico e trabalhos voltados às dimensões não financeiras da política. Por fim, examinou-se em cada conjunto a distância entre o que os textos afirmam e o que conseguem sustentar com evidência própria, com registro das questões deixadas em aberto. Os resultados apresentados a seguir percorrem esses conjuntos, começando pelos textos histórico-conceituais.

Por se tratar de pesquisa exclusivamente bibliográfica, realizada a partir de fontes de domínio público e sem envolvimento direto ou indireto de seres humanos, o estudo não foi submetido a Comitê de Ética em Pesquisa, conforme dispensa prevista na Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016).

O percurso adotado tem duas limitações. A revisão narrativa não autoriza afirmar que o conjunto reunido represente toda a produção disponível sobre o tema. A organização por

afinidade temática envolve, além disso, decisões interpretativas da pesquisadora, que outro leitor poderia tomar de modo diverso, razão pela qual os critérios de cada etapa foram explicitados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assistência estudantil: trajetória e concepções em disputa

A assistência estudantil constitui, no Brasil, uma reivindicação bastante anterior à sua formalização como política pública. Imperatori (2017) reconstrói esse percurso até a Portaria Normativa nº 39, de 2007, e o Decreto nº 7.234, de 2010, e sustenta que a assistência estudantil ainda não se consolidou como política, permanecendo como campo em disputa e em processo de legitimação. A observação tem alcance prático para quem atua na execução, pois ajuda a explicar a instabilidade orçamentária do programa e a variação de critérios entre instituições que respondem à mesma norma federal.

Dutra e Santos (2017) identificam concepções concorrentes sob o mesmo nome. A assistência estudantil pode ser compreendida como direito social, ligada ao dever do Estado de assegurar condições de permanência a quem ingressou na instituição pública, ou como benefício focalizado, concedido por critério de renda a quem comprova vulnerabilidade. A escolha entre uma e outra afeta de imediato a operação do programa, porque define quem entra no edital e o que se exige como contrapartida, além do que se considera resultado bem-sucedido. Entende-se que boa parte da dificuldade em avaliar a política decorre dessa ambiguidade. Um programa concebido como direito e executado como benefício focalizado acaba avaliado por critérios que não correspondem inteiramente a nenhuma das duas concepções.

Há ainda um detalhe de percurso que costuma passar despercebido e afeta diretamente a Rede Federal. O PNAES nasceu voltado à educação superior, e a educação profissional técnica de nível médio foi incorporada depois, por extensão. Os dois públicos guardam poucas semelhanças. O estudante de curso técnico integrado tem, em geral, entre catorze e dezoito anos, mora com a família e depende dela para transporte e alimentação, sem ter assumido responsabilidade financeira pela própria formação. Sua permanência responde a fatores que a literatura produzida sobre a graduação não captura bem. A Lei nº 14.914, de 2024, reconhece formalmente os dois níveis de ensino (Brasil, 2024), o que não desfaz, por si só, a assimetria acumulada na produção acadêmica ao longo de quinze anos.

Permanência e evasão na educação profissional e tecnológica

Dore e Lüscher (2011), em pesquisa na rede de educação técnica de nível médio de Minas Gerais, tratam a evasão como processo que se desenrola no tempo. A decisão de abandonar o curso se constrói ao longo de sucessivas experiências de dificuldade acadêmica e ausência prolongada, com perda de vínculo com a turma e reavaliação da utilidade do curso diante das demandas imediatas de trabalho e renda. A implicação metodológica é considerável, pois um fenômeno processual dificilmente se deixa apreender por levantamentos que registram apenas o estado final da matrícula.

Frigotto et al. (2005) oferecem a chave histórica dessa discussão ao examinarem as contradições do ensino médio integrado. A dualidade entre formação geral e formação para o trabalho não se resolve por decisão normativa e continua inscrita na organização curricular e na percepção social dos cursos técnicos, assim como nas expectativas que estudantes e famílias depositam neles. Pacheco (2011) situa a criação dos Institutos Federais como tentativa deliberada de superar essa dualidade, articulando formação básica e técnica em um mesmo percurso. Os estudos analisados permitem inferir que a permanência, nesse contexto, vai além da continuidade da matrícula e envolve a possibilidade de o estudante reconhecer sentido no percurso formativo que lhe foi oferecido.

Silva et al. (2024) acrescentam um dado bibliométrico. Ao mapearem a produção de pós-graduação *stricto sensu* sobre evasão e permanência no ensino técnico da Rede Federal entre 2009 e 2020, localizaram apenas dez pesquisas, concentradas a partir de 2014 e produzidas, em sua maioria, fora das instituições da própria Rede.

As dimensões não financeiras da política

Andrade e Teixeira (2017) examinaram a relação entre as dez áreas de intervenção previstas no PNAES e o desempenho acadêmico, a intenção de permanência e a percepção de desenvolvimento psicossocial de universitários de uma instituição multicampi. Os resultados indicaram correlações baixas ou inexistentes entre as áreas do programa e as variáveis analisadas, com exceção da percepção de desenvolvimento psicossocial, que se mostrou relacionada a todas elas. Palavezzini (2021), em estudo conduzido na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, trata a vulnerabilidade acadêmica como fenômeno multidimensional, que não se esgota na renda familiar e envolve condições materiais de estudo, trajetória escolar prévia e suporte disponível no ambiente institucional.

Essas contribuições sustentam o pressuposto teórico que orienta a análise a seguir.

Na perspectiva desta autora, a assistência estudantil opera sobre um conjunto heterogêneo de obstáculos à permanência, dos quais o custo de frequentar a instituição é apenas o mais visível e o mais facilmente convertido em política de repasse. Avaliar a política pelo efeito do componente financeiro equivale, portanto, a medir uma parte do desenho e atribuir o resultado ao conjunto.

O que a produção empírica encontra

A produção empírica examinada é consistente em uma direção. Araújo et al. (2019) analisaram o Instituto Federal do Ceará, campus Iguatu, entre 2011 e 2015, e encontraram permanência maior entre os estudantes beneficiários dos auxílios do que entre os não beneficiários, concluindo que os auxílios pecuniários constituem caminho efetivo para a garantia da permanência. Macedo e Soares (2020) chegaram a resultado convergente ao avaliarem a eficácia do PNAES para a permanência de estudantes cotistas na Universidade Federal da Paraíba.

Calbino e Brito (2023) sistematizaram esse panorama ao revisarem 127 dissertações e teses produzidas entre 2008 e 2021. O conjunto analisado indica que o PNAES cumpriu satisfatoriamente seus objetivos quanto à permanência estudantil. A revisão descreve também o perfil dessa produção, concentrada entre 2013 e 2018 e composta majoritariamente por dissertações, boa parte delas oriunda de mestrados profissionais, com quase noventa por cento dos trabalhos dedicados à avaliação do programa. A origem institucional dessas pesquisas ajuda a compreender a proximidade dos pesquisadores em relação ao objeto e a escala predominantemente local dos desenhos adotados.

Um conjunto menor de estudos introduz tensão nesse quadro. Os resultados de Andrade e Teixeira (2017), descritos acima, não acompanham a convergência, já que as áreas de intervenção do PNAES mostraram pouca ou nenhuma correlação com o desempenho acadêmico e a intenção de permanência, salvo na dimensão psicossocial. Palavezzini (2021) chega a uma cautela semelhante por outro caminho, ao mostrar que a vulnerabilidade acadêmica não se esgota na renda familiar.

Entende-se que essa divergência merece registro e decorre, ao menos em parte, de os estudos medirem objetos distintos. A literatura de efetividade compara taxas de permanência entre beneficiários e não beneficiários, ao passo que Andrade e Teixeira (2017) correlacionam áreas de intervenção com variáveis individuais em uma instituição

multicampi, o que responde a outra pergunta. É a ausência de parâmetros comuns de avaliação, discutida adiante, que impede decidir entre as duas leituras.

O que a produção ainda não consegue responder

A fragilidade da evidência começa no desenho mais frequente na área, que compara beneficiários e não beneficiários sem que os dois grupos sejam equivalentes no ponto de partida. Quem recebe auxílio foi selecionado justamente por apresentar maior vulnerabilidade socioeconômica. Entre os que não recebem há estudantes de renda familiar mais alta, mas também quem ficou de fora por falta de vagas no edital. Atribuir ao auxílio a diferença observada entre os grupos exige uma cautela metodológica que nem sempre aparece explicitada nos trabalhos consultados.

Calbino e Brito (2023) apontam com precisão a lacuna decisiva ao registrarem a ausência de estudos com recortes temporais anteriores e posteriores ao recebimento do benefício. O acompanhamento do mesmo estudante ao longo do tempo permitiria distinguir o efeito do auxílio da condição socioeconômica que motivou a sua concessão. Na falta desse procedimento, o campo tem acumulado correlações frequentemente lidas como relações causais. Os estudos empíricos deste corpus ilustram o problema, pois Araújo et al. (2019) e Macedo e Soares (2020) comparam grupos distintos em um mesmo recorte temporal, sem acompanhar o mesmo estudante ao longo do percurso.

Uma segunda lacuna é de ordem orçamentária. Praticamente nenhum estudo relaciona resultados acadêmicos ao volume de recursos investido (Calbino; Brito, 2023). A consequência prática desse silêncio é considerável, pois não se sabe a partir de que valor o auxílio começa a produzir diferença. Os montantes variam entre instituições e modalidades, e um repasse mensal de valor fixo pode cobrir passagem e alimentação em um campus urbano sem cobrir sequer o transporte de um estudante que mora na zona rural e depende de linha intermunicipal. Entre os estudos empíricos aqui examinados, o valor do auxílio não aparece como variável de análise, e a definição de um limiar de eficácia sequer chega a ser formulada como problema de pesquisa.

Some-se a isso a ausência de parâmetros comuns de avaliação. Cada instituição avalia a sua política segundo critérios próprios, o que impede a leitura de conjunto e dificulta o monitoramento nacional do programa. Calbino e Brito (2023) recomendam a elaboração de diretrizes avaliativas capazes de permitir comparações interinstitucionais. Lima e Mendes (2020) e Recktenvald et al. (2018) já haviam registrado a dispersão teórico-

metodológica dos estudos de avaliação do PNAES, que partem de pressupostos epistemológicos distintos e chegam, por isso, a conclusões pouco dialogáveis entre si. A dispersão acompanha a própria formação do campo, que cresceu por acumulação de estudos de caso sem coordenação prévia.

A lacuna mais relevante para quem atua na Rede Federal, contudo, é outra. A maior parte da produção examina a educação superior, como o levantamento de Silva et al. (2024) já indicava. Observa-se uma lacuna importante nesse ponto, porque o segmento que recebe o maior contingente de adolescentes em situação de vulnerabilidade é o menos investigado e o é, sobretudo, por pesquisadores externos às instituições que o ofertam. As instituições da Rede dispõem dos dados necessários a esse tipo de investigação e raramente os convertem em pesquisa.

A lacuna se reproduz no corpus reunido para este trabalho. Dos doze artigos examinados, apenas três se voltam de modo específico à educação profissional e tecnológica, e somente dois tratam da educação técnica de nível médio. O levantamento pretendia dar atenção particular a esse segmento e acabou confirmando que a produção disponível não o contempla em medida suficiente, achado que se registra aqui como resultado da pesquisa.

Por que o repasse financeiro não explica sozinho a permanência

Reunidos, esses achados sustentam uma leitura que a prática institucional já sugere. O auxílio financeiro remove um obstáculo específico e relevante, o custo de frequentar a escola, mas não atua sobre os demais fatores que a literatura associa ao abandono.

Dore e Lüscher (2011) e Palavezzini (2021) convergem nesse ponto por caminhos diferentes. A permanência responde a um conjunto de condições que inclui a renda e a ultrapassa, envolvendo o vínculo com a instituição, a identificação com o curso escolhido, o apoio pedagógico diante de dificuldades acumuladas em trajetórias escolares anteriores e o acolhimento nos primeiros meses de curso. Um estudante que recebe bolsa permanência e não consegue acompanhar as disciplinas do primeiro ano continua em risco de sair, ainda que por motivo distinto daquele que o auxílio pretendia enfrentar.

Daí a importância das dez áreas de intervenção previstas desde o Decreto nº 7.234, entre as quais moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, apoio pedagógico e creche (Brasil, 2010). Na execução, porém, o eixo financeiro costuma absorver a maior parte do esforço institucional. Entende-se que isso ocorre mais por razões operacionais que

por convicção pedagógica. O repasse é simples de operacionalizar por edital e de justificar perante os órgãos de controle, além de ser o único componente cuja execução se converte diretamente em indicador orçamentário.

Existe ainda a questão da cobertura, que raramente comparece nas conclusões dos estudos de efetividade. Avaliar se o programa funciona para quem foi contemplado nada informa sobre quantos deixaram de sê-lo. Um programa pode apresentar alta efetividade entre os seus beneficiários e permanecer insuficiente diante da demanda existente. Essa distinção precisa integrar a avaliação institucional, sob pena de a política ser considerada bem-sucedida em razão do critério de seleção que a antecede.

Resta considerar o uso institucional desses resultados. A leitura corrente de que o auxílio garante a permanência funciona, nos campi, como argumento de defesa orçamentária, e cumpre bem essa função. O risco está em que a mesma leitura desestime o investimento nas dimensões não financeiras da política, cujos efeitos são mais difíceis de demonstrar em relatório e cuja falta costuma aparecer apenas quando o auxílio, sozinho, não bastou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou saber o que a literatura brasileira estabeleceu, e o que ainda não conseguiu estabelecer, sobre a relação entre assistência estudantil e permanência na Educação Profissional e Tecnológica. Ficou estabelecido que o auxílio contribui para a permanência, conclusão que se repete em instituições, regiões e períodos variados e que não há razão para pôr em dúvida. Permanece sem resposta a medida dessa contribuição. A literatura não informa a partir de que valor o auxílio passa a fazer diferença nem para quais perfis de estudante ele funciona menos, e tampouco separa o efeito do repasse do efeito do acompanhamento que o cerca.

A distância entre essas duas afirmações tem consequência orçamentária direta. Uma instituição que precisa decidir entre ampliar o número de auxílios e aumentar o valor dos que já concede não encontra na literatura elemento que oriente a escolha e acaba decidindo por critério administrativo ou pela pressão da demanda registrada no setor responsável.

As recomendações que decorrem do material analisado começam pela adoção de desenhos longitudinais, que acompanhem o mesmo estudante antes e depois da concessão do benefício, única forma de separar o efeito do auxílio da condição

socioeconômica que motivou a sua concessão. Seria útil, em seguida, construir diretrizes avaliativas comuns, que permitam comparar instituições sem apagar as suas particularidades regionais. Deslocar o foco da pesquisa para a educação técnica de nível médio, hoje sub-representada em uma produção majoritariamente voltada à graduação, depende menos de recurso do que de decisão institucional.

Um ponto atravessa todo o material examinado. O auxílio financeiro é condição necessária da permanência para parcela expressiva dos estudantes da Rede Federal, mas não basta para nenhum deles. Na perspectiva desta autora, reconhecer esse limite protege a política de expectativas desproporcionais, que costumam anteceder a frustração e, depois dela, o corte orçamentário.

Este trabalho tem limitações evidentes. Por ser revisão bibliográfica, descreve o que a produção acadêmica registra, sem observação direta da rotina dos campi. O diagnóstico de lacunas que estrutura a análise, além disso, provém de revisão integrativa anterior, cujas consequências para a educação profissional e tecnológica foram examinadas aqui sem reconstrução independente, tarefa que dependeria de corpus bem maior. Estudos de caso que acompanhem coortes de ingressantes do ensino médio integrado, com atenção aos estudantes não contemplados pelos editais, responderiam a boa parte das perguntas deixadas em aberto, e as instituições da Rede Federal têm condições de produzi-los.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. M. J.; TEIXEIRA, M. A. P. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 22, n. 2, p. 512-528, 2017.

ARAÚJO, S. A. L. et al. Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 24, n. 3, p. 722-743, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília: Diário Oficial da União, 2016.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. Lei nº 14.914, de 2 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil. Brasília: Diário Oficial da União, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília: MEC/SETEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**: divulgação dos indicadores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ano-base 2018. Brasília: MEC/SETEC, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília: MEC, 2007.

CALBINO, D.; BRITO, E. Programa Nacional de Assistência Estudantil: tendências e lacunas a partir da análise integrativa. **Educação (Santa Maria)**, v. 48, n. 1, e126, 2023.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 772-789, 2011.

DUTRA, N. G. R.; SANTOS, M. F. S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 94, p. 148-181, 2017.

FRIGOTTO, G. et al. **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 129, p. 285-303, 2017.

LIMA, W.; MENDES, V. Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 25, n. 1, p. 199-218, 2020.

MACEDO, G.; SOARES, S. Avaliação da eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para permanência de cotistas na Universidade Federal da Paraíba. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 25, n. 2, p. 439-457, 2020.

PACHECO, E. **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

PALAVEZZINI, J. A multidimensionalidade da vulnerabilidade acadêmica no programa de assistência estudantil da UTFPR. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 26, n. 1, p. 217-236, 2021.

PRADO, D. P. F. et al. Concepções e perspectivas da Plataforma Nilo Peçanha: regulação e emancipação. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 33, e07594, 2022.

RECKTENVALD, M. et al. Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 23, n. 2, p. 405-423, 2018.



SILVA, S. R. et al. Evasão e permanência no ensino técnico ofertado na Rede Federal: análise dos estudos da pós-graduação stricto sensu brasileira. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 3, n. 24, e13205, 2024.